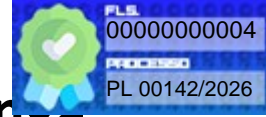




Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO



JUSTIFICATIVA

A presente proposição legislativa tem por escopo assegurar transparência, previsibilidade e informação adequada aos usuários dos serviços públicos essenciais de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e manejo de resíduos sólidos, prestados pela Superintendência de Água, Esgotos e Meio Ambiente de Votuporanga – SAEV AMBIENTAL, evitando desgastes com a população como ocorreu no início do ano corrente.

A comunicação prévia e ostensiva de reajustes tarifários constitui corolário lógico do princípio da publicidade administrativa (art. 37, caput, da Constituição Federal) e da boa-fé objetiva, que irradia seus efeitos tanto no Direito Administrativo quanto no Direito do Consumidor, impondo à Administração Pública Direta e Indiretas (Autárquicas Municipais) o dever de lealdade informacional.

No plano infraconstitucional, o Código de Defesa do Consumidor consagra, como direito básico, a informação adequada e clara sobre os serviços prestados (art. 6º, III), bem como veda práticas que impliquem surpresa ou onerosidade excessiva sem prévia ciência do consumidor.

Embora se trate de serviço público essencial, é pacífico na doutrina e na jurisprudência que a relação entre o usuário e a autarquia municipal, ostenta natureza consumerista mitigada, conforme entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça (STJ, REsp 1.339.313/RS).

Ademais, a Lei Federal nº 11.445/2007 (Marco Legal do Saneamento Básico), em seu art. 2º, incisos III e X, estabelece como princípios fundamentais a transparência das ações e o controle social, impondo ao poder público o dever de disponibilizar informações claras e acessíveis aos usuários.

Nesse contexto, a obrigatoriedade de informar qualquer reajuste com antecedência mínima e em local visível na fatura não apenas se harmoniza com a legislação federal, como a concretiza em nível local, em exercício legítimo da competência suplementar municipal.

A exigência de que o aviso de reajuste conste em local visível e de destaque na fatura, com antecedência mínima de dois meses, não cria nem altera taxa ou tarifa, tampouco invade a competência do Poder Executivo, limitando-se a disciplinar forma de comunicação ao usuário dos serviços públicos, matéria afeta à proteção do consumidor e ao interesse local, nos termos do art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal.

Por fim, a iniciativa parlamentar mostra-se legítima, uma vez que não interfere na organização administrativa, nem cria despesas novas, mas apenas impõe dever de transparência e acesso à informação, conforme reiteradamente reconhecido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





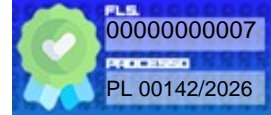
CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA - 49.677.917/0001-14

RUA VENEZUELA, 3819 | VILA AMÉRICA | CEP. 15502-105

FONE: (17)3421-1188 |

VOTUPORANGA/SP

<http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>



CERTIDÃO DE ADITAMENTO

CERTIFICO e dou fé que o documento **PROJETO DE LEI Nº 22/2026**, conforme se depreende do **documento antecedente**, foi juntado ao **PROCESSO LEGISLATIVO Nº 142/2026** em **02/02/2026** às **16:55:22**.

Nada mais.

A presente certidão é gerada automaticamente pelo sistema.

Votuporanga/SP, 2 de fevereiro de 2026.

LARISSA MARTA SILVA CARDOSO
SECRETÁRIA COORDENADORA DE COMISSÕES PERMANENTES

Documento enviado para assinatura ao(s): CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA.
Para verificar a(s) assinatura(s), utilize o seu validador preferencial.
e-CAM | PROCESSO ELETRÔNICO | <<<<<>>>> DOCUMENTO OFICIAL <<<<<>>>> DATA / HORA: 02/02/2026 16:57:24 | CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA/SP.
CHAVE DE ACESSO: PROT-587453-4W6Y1X-5P2G7T | Para validar acesse nosso Portal em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>.





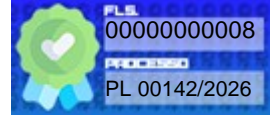
CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA - 49.677.917/0001-14

RUA VENEZUELA, 3819 | VILA AMÉRICA | CEP. 15502-105

FONE: (17)3421-1188 |

VOTUPORANGA/SP

<http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>



CERTIDÃO DE ENCAMINHAMENTO E RECEBIMENTO

PROJETO DE LEI Nº 22/2026

CERTIFICO e dou fé que o **PROJETO DE LEI Nº 22/2026**, em epígrafe foi encaminhado ao(s) destinatário(s) abaixo relacionado(s), em **18/02/2026** às **11:36:35**.

MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO

INÍCIO DA TRAMITAÇÃO APÓS LEITURA NO EXPEDIENTE DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2026

DESTINATÁRIO(S)

STATUS

LARISSA MARTA SILVA CARDOSO

CONFIRMADO

Nada mais.

A presente certidão é gerada automaticamente pelo sistema.

Votuporanga/SP, 3 de fevereiro de 2026.

PRISCILA MATTAR DELGOBO NEGRINI
AUXILIAR PARLAMENTAR



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

ENCAMINHAMENTO À PROCURADORIA LEGISLATIVA

VOTUPORANGA/SP, 2 de fevereiro de 2026

Encaminha PROJETO DE LEI nº 22/2026 à **PROCURADORIA LEGISLATIVA** para parecer jurídico, consoante ao disposto na Resolução nº 1, de 24 de janeiro de 2023.

SERGINHO DA FARMÁCIA
PRESIDENTE

ENCAMINHADO E RECEBIDO PELA PROCURADORA LEGISLATIVA **ROSELAINE CORREIA**

ROSELAINE CORREIA
PROCURADORA LEGISLATIVA

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.

Praça "Vereador Viana Filho" - Vila América
CEP 15.502.105 – Fone/Fax (17)3421.1188 – 0800 775 1188
CNPJ 49.677.917/0001-14
www.camaravotuporanga.sp.gov.br

Documento enviado para assinatura ao(s): SERGINHO DA FARMÁCIA, ROSELAINE CORREIA.
Para verificar a(s) assinatura(s), utilize o seu validador preferencial.
e-CAM | PROCESSO ELETRÔNICO | <<<>>>DOCUMENTO OFICIAL<<<>>> DATA / HORA: 02/02/2026 18:30:39 | CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA/SP.
CHAVE DE ACESSO: PROT-587605-2T3C6P-8K0R4Z | Para validar acesse nosso Portal em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>.





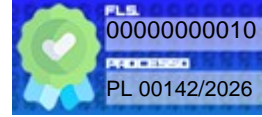
CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA - 49.677.917/0001-14

RUA VENEZUELA, 3819 | VILA AMÉRICA | CEP. 15502-105

FONE: (17)3421-1188 |

VOTUPORANGA/SP

<http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>



RELATÓRIO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS

PROJETO DE LEI Nº 22/2026

ASSINANTE	STATUS	ASSINADO EM
SERGIO ADRIANO PEREIRA	DOCUMENTO ASSINADO	03/02/2026 09:30:21

FRIENDLY_NAME: | COUNTRY: / | REGION: / | CITY_ZIP_CODE: _-000 | TIMEZONE: | LAT/LON: / | INTERNET_SERVICE_PROVIDER: | LOCAL_IP: | REMOTE_IP: | HASH: | SERIAL: | VALID_FROM: | VALID_TO: | FINGERPRINT: | ISSUER: | RDN_ISSUER: | KEY_ALGORITHM: | KEY_FINGERPRINT: | SIGN_ALGORITHM: .

ASSINANTE	STATUS	ASSINADO EM
ROSELAINE CORREIA	DOCUMENTO ASSINADO	03/02/2026 11:23:11

FRIENDLY_NAME: | COUNTRY: / | REGION: / | CITY_ZIP_CODE: _-000 | TIMEZONE: | LAT/LON: / | INTERNET_SERVICE_PROVIDER: | LOCAL_IP: | REMOTE_IP: | HASH: | SERIAL: | VALID_FROM: | VALID_TO: | FINGERPRINT: | ISSUER: | RDN_ISSUER: | KEY_ALGORITHM: | KEY_FINGERPRINT: | SIGN_ALGORITHM: .

O presente **RELATÓRIO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS** refere-se ao documento **ENCAMINHAMENTO À PROCURADORIA LEGISLATIVA** - chave de acesso: **PROTM-587605-2T3C6P-8K0R4Z**, adicionado em **02/02/2026 às 18:30:39**.

A(s) assinatura(s) eletrônica(s) deste documento atendem ao disposto na legislação em vigor, em especial a Lei Federal nº 14.063/20, utilizando certificado digital ICP-Brasil, emitido por uma Autoridade Certificadora (AC) credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), na forma da legislação vigente.

e-CAM | PROCESSO ELETRÔNICO | <<<<<<>>>>>> DOCUMENTO OFICIAL <<<<<<>>>>>> DATA / HORA: 02/02/2026 18:31:00 | CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA/SP. CHAVE DE ACESSO: PROTM-587613-803W5T-5WZ210 | Para validar acesse nosso Portal em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>.





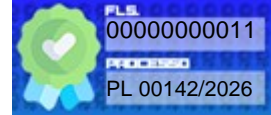
CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA - 49.677.917/0001-14

RUA VENEZUELA, 3819 | VILA AMÉRICA | CEP. 15502-105

FONE: (17)3421-1188 |

VOTUPORANGA/SP

<http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>



CERTIDÃO DE ADITAMENTO

CERTIFICO e dou fé que o documento **ENCAMINHAMENTO À PROCURADORIA LEGISLATIVA**, conforme se depreende do **documento antecedente**, foi juntado ao **PROCESSO LEGISLATIVO Nº 142/2026** em **02/02/2026** às **18:30:39**.

Nada mais.

A presente certidão é gerada automaticamente pelo sistema.

Votuporanga/SP, 2 de fevereiro de 2026.

LARISSA MARTA SILVA CARDOSO
SECRETÁRIA COORDENADORA DE COMISSÕES PERMANENTES

Documento enviado para assinatura ao(s): CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA.
Para verificar a(s) assinatura(s), utilize o seu validador preferencial.
e-CAM | PROCESSO ELETRÔNICO | <<<<<>>>>DOCUMENTO OFICIAL<<<<<>>>> DATA / HORA: 02/02/2026 18:31:17 | CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA/SP.
CHAVE DE ACESSO: PROT-587621-2W3R6A-7R5S3Z | Para validar acesse nosso Portal em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>.





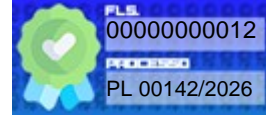
CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA - 49.677.917/0001-14

RUA VENEZUELA, 3819 | VILA AMÉRICA | CEP. 15502-105

FONE: (17)3421-1188 |

VOTUPORANGA/SP

<http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>



CERTIDÃO DE PUBLICIDADE

CERTIFICO e dou fé que a **VISIBILIDADE** do **PROCESSO LEGISLATIVO Nº 142/2026** foi alterada para **PÚBLICO** em **02/02/2026** às **19:36:03**.

Com a alteração da visibilidade para **PÚBLICO**, o **PROCESSO LEGISLATIVO Nº 142/2026** torna-se disponível em sua integralidade para o público em geral.

Nada mais.

A presente certidão é gerada automaticamente pelo sistema.

Votuporanga/SP, 2 de fevereiro de 2026.

LARISSA MARTA SILVA CARDOSO
SECRETÁRIA COORDENADORA DE COMISSÕES PERMANENTES

Documento enviado para assinatura ao(s): LARISSA MARTA SILVA CARDOSO.
Para verificar a(s) assinatura(s), utilize o seu validador preferencial.
e-CAM | PROCESSO ELETRÔNICO | <<<<<>>>> DOCUMENTO OFICIAL <<<<<>>>> DATA / HORA: 02/02/2026 19:23:05 | CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA/SP.
CHAVE DE ACESSO: PROT-588080-5U0S60-5X4J6 | Para validar acesse nosso Portal em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

PROCURADORIA DO PODER LEGISLATIVO DE VOTUPORANGA

PARECER JURÍDICO Nº:57

INTERESSADO: Câmara Municipal de Votuporanga

REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 22/2026

ASSUNTO: Dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação prévia e destacada aos usuários acerca de qualquer reajuste de valores relativos aos serviços públicos praticados pela superintendência de água, esgotos e meio ambiente de Votuporanga-SAEV Ambiental.

PROJETO DE LEI Nº 22/2026- DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA E DESTACADA AOS USUÁRIOS ACERCA DE QUALQUER REAJUSTE DE VALORES RELATIVOS AOS SERVIÇOS PÚBLICOS PRATICADOS PELA SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA, ESGOTOS E MEIO AMBIENTE DE VOTUPORANGA-SAEV AMBIENTAL. IMPOSIÇÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, PRAZOS OPERACIONAIS E PADRÕES DE COMUNICAÇÃO AO USUÁRIO. MATÉRIA RELACIONADA À ORGANIZAÇÃO E AO FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. COMPETÊNCIA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO PARA A DIREÇÃO SUPERIOR DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA. INTERFERÊNCIA DO PODER LEGISLATIVO NA GESTÃO ADMINISTRATIVA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. VÍCIO FORMAL DE INICIATIVA. INCONSTITUCIONALIDADE DA PROPOSIÇÃO.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Votuporanga:



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

I- DO RELATÓRIO

Trata-se o presente parecer acerca de análise de Projeto de Lei 22/2026, de autoria da vereadora Natiele Gama, que ***“Dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação prévia e destacada aos usuários acerca de qualquer reajuste de valores relativos aos serviços públicos praticados pela superintendência de água, esgotos e meio ambiente de Votuporanga-SAEV Ambiental”***.

Inicialmente, conforme justificativa apresentada, a presente proposição legislativa tem por escopo assegurar transparência, previsibilidade e informação adequada aos usuários dos serviços públicos essenciais de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e manejo de resíduos sólidos, prestados pela Superintendência de Água, Esgotos e Meio Ambiente de Votuporanga – SAEV AMBIENTAL, evitando desgastes com a população como ocorreu no início do ano corrente.

A comunicação prévia e ostensiva de reajustes tarifários constitui corolário lógico do princípio da publicidade administrativa (art. 37, caput, da Constituição Federal) e da boa-fé objetiva, que irradia seus efeitos tanto no Direito Administrativo quanto no Direito do Consumidor, impondo à Administração Pública Direta e Indiretas (Autárquicas Municipais) o dever de lealdade informacional.

No plano infraconstitucional, o Código de Defesa do Consumidor consagra, como direito básico, a informação adequada e clara sobre os serviços



Câmara Municipal de Votuporanga PALÁCIO 8 DE AGOSTO

prestados (art. 6º, III), bem como veda práticas que impliquem surpresa ou onerosidade excessiva sem prévia ciência do consumidor.

Embora se trate de serviço público essencial, é pacífico na doutrina e na jurisprudência que a relação entre o usuário e a autarquia municipal, ostenta natureza consumerista mitigada, conforme entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça (STJ, REsp 1.339.313/RS).

Ademais, a Lei Federal nº 11.445/2007 (Marco Legal do Saneamento Básico), em seu art. 2º, incisos III e X, estabelece como princípios fundamentais a transparência das ações e o controle social, impondo ao poder público o dever de disponibilizar informações claras e acessíveis aos usuários.

Nesse contexto, a obrigatoriedade de informar qualquer reajuste com antecedência mínima e em local visível na fatura não apenas se harmoniza com a legislação federal, como a concretiza em nível local, em exercício legítimo da competência suplementar municipal.

A exigência de que o aviso de reajuste conste em local visível e de destaque na fatura, com antecedência mínima de dois meses, não cria nem altera taxa ou tarifa, tampouco invade a competência do Poder Executivo, limitando-se a disciplinar forma de comunicação ao usuário dos serviços públicos, matéria afeta à proteção do consumidor e ao interesse local, nos termos do art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal.



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Instruem o pedido, no que interessa: (i) Minuta do projeto de Lei nº 22/2026, com a respectiva justificativa.

Em síntese, eis o relato dos fatos.

Passo a análise Jurídica.

II- DA ANÁLISE JURÍDICA

Primeiramente, não é por demais lembrar que escapa das atribuições deste Procuradoria a análise do mérito de proposições legislativas, sendo nossa orientação restrita à verificação da competência e da iniciativa.

Inicialmente, o art. 30, inc. I, da Constituição Federal, assegura aos Municípios a competência para legislar sobre assuntos de interesse local. No mesmo sentido, o artigo 8º, incisos I e II, da Lei Orgânica do Município também dispõe sobre essa competência, conforme se transcreve a seguir:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

***II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”;* (grifo nosso)**



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

“Art. 8º Ao Município compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem estar da população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - legislar sobre assuntos de interesse local”;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”; (grifo nosso).

O referido Projeto de Lei, deve ser aprovado por MAIORIA SIMPLES dos membros do Legislativo, conforme artigo 40, da Lei Orgânica de Votuporanga:

“Art. 40. As leis ordinárias, os decretos legislativos e as resoluções serão aprovadas por maioria simples dos votos, presente a maioria absoluta da Câmara Municipal, em um único turno de votação, salvo disposições contidas nesta Lei Orgânica”. (grifo nosso).

Acontece que, há matérias que são de competências privativas do Poder Executivo, conforme previsto na Lei Orgânica e no Regimento Interno da Câmara Municipal de Votuporanga:

“Art. 38. A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e ao eleitorado que a exercerá sob a forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco por cento do total do número de eleitores do Município, ressalvadas as hipóteses de iniciativa privada.



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Parágrafo único. É da competência privativa do Prefeito a iniciativa de leis sobre:

I - plano plurianual;

II - diretrizes orçamentárias;

III - lei orçamentária;

IV - regime jurídico dos servidores municipais;

V - criação e extinção de cargos, funções e empregos na administração direta, indireta e fundacional, bem como a fixação da respectiva remuneração, exceto as fundações de direito privado instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público e o previsto no inciso XIII do art. 20; e

VI - criação, estrutura e atribuições de órgãos da administração pública municipal direta, indireta e fundacional, exceto as fundações de direito privado instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público". (grifo nosso).

Nesse sentido, também dispõe o Regimento interno da Câmara de Votuporanga:

"Art. 144. É da competência privativa do Prefeito a iniciativa de leis sobre:

I - plano plurianual;

II - diretrizes orçamentárias;

III - lei orçamentária;

IV - regime jurídico dos servidores públicos;

V - criação e extinção de cargos, funções e empregos na Administração Direta, Indireta e Fundacional, bem como a fixação da respectiva remuneração, exceto as fundações de



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

direito privado instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público e o previsto na Lei Orgânica do Município.

VI - criação, estrutura e atribuições de órgãos na Administração Pública Municipal Direta, Indireta e Fundacional". (grifo nosso).

De outro lado, a decisão do STF em repercussão geral definiu o tema 917 para reafirmar que:

"Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, a, c e e, da Constituição Federal)." Ficou claro que, com exceção das matérias previstas expressamente naqueles dispositivos e seus correspondentes a nível estadual e municipal, todas as outras são inalcançáveis pela inconstitucionalidade formal subjetiva, ou seja, vício de iniciativa, uma vez que a interpretação dada pela Suprema Corte é restritiva e não amplia o rol taxativo previsto pelo legislador constituinte". (grifo nosso).

A Constituição Federal outorgou competência legislativa aos Municípios para "legislar sobre assuntos de interesse local" (art. 30, inc. I, da Constituição Federal).

A expressão "interesse local", prevista na Constituição Federal, tem noção precisa como definidora da competência dos Municípios.



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Hely Lopes Meirelles explica:

“O que define e caracteriza o ‘interesse local’, inscrito como dogma constitucional, é a predominância do interesse do Município sobre o do Estado ou da União. [...] para Bonnard o peculiar interesse é o que se pode isolar, individualizar e diferenciar dos de outras localidades; [...] para Mouskheli é o que não afeta os negócios da Administração central e regional;[]” (cf in *Direito Municipal Brasileiro*, 22ª ed., Malheiros, São Paulo, 2025, p. 108 e p. 109).

Alexandre de Moraes também ensina:

“Apesar de difícil conceituação, interesse local refere-se aos interesses que disserem respeito mais diretamente às necessidades imediatas do Município”.

A Constituição enumera algumas hipóteses, de competência municipal (CF, art. 30, III a IX e 169, § 5º), presumindo a existência de interesse local.

Dessa forma, salvo as tradicionais e conhecidas hipóteses de interesse local, as demais deverão ser analisadas caso a caso, vislumbrando-se qual o interesse predominante (princípio da predominância do interesse)” (cf. in *Constituição do Brasil Interpretada*, 9ª ed; Atlas, São Paulo, 2013, p.740).

No caso, o interesse do parlamentar diz respeito ao consumo e/ou ao consumidor, matéria de competência da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme dispõe o art. 24, incisos V, da Constituição Federal (embora pudesse ser



Câmara Municipal de Votuporanga PALÁCIO 8 DE AGOSTO

arguido também o art. 22, inciso IV, da Constituição Federal). Também trata de um serviço público municipal.

Ives Gandra Martins trata do tema: “[...] a produção e consumo, decorrentes da dualidade de iniciativa econômica, submetem-se à competência concorrente da União, Distrito Federal e Estado” (cf. in Comentários à Constituição do Brasil, v. 3, t. II, 2ª ed; Saraiva, São Paulo, 2002, p.24).

O Supremo Tribunal Federal decidiu pela inconstitucionalidade de lei distrital que impôs obrigações às empresas de concessionárias prestadoras de serviço de telefonia fixa para emitirem as faturas de cobrança com a individualização de cada ligação local (cf. in ADI. nº 3.322, Tribunal Pleno, Rel. Min. Gilmar Mendes, *DJe* de 3/3/2011) e de lei estadual que fixou a obrigação de instalação de medidores individuais de consumo para as concessionárias de serviços públicos (cf. in ADI. nº 3.358, Tribunal Pleno, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 5/5/2011).

A mesma Corte Suprema ainda decidiu:

*“Direito constitucional. Ação direta de inconstitucionalidade. Lei estadual nº 3.533/2019, do Estado do Tocantins. **Suspensão dos serviços públicos de energia elétrica e água por inadimplemento dos usuários.** Competência da União e dos Municípios. **Inconstitucionalidade.** I. Caso em exame 1. Ação direta de inconstitucionalidade em face do art. 1º da Lei estadual nº 3.533, de 2019, do Estado do Tocantins, que dispõe sobre a proibição de corte no fornecimento de energia elétrica e água com menos de 60 dias de atraso do pagamento no âmbito do*



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Estado do Tocantins. 2. Segundo a requerente, ao dispor sobre tal matéria, a lei estadual violou os artigos 2º (princípio da separação de poderes); 21, inciso XX; 22, inciso IV; 24, inciso VI e §1º (competência da União para explorar e legislar sobre energia elétrica, bem como sobre normas gerais de saneamento básico); 30, incisos I e V (titularidade dos Municípios dos serviços públicos de interesse local); 37, inciso XXI (princípio do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos); e 61, §1º, inciso II, alínea “b”(iniciativa do chefe do Poder Executivo para legislar temas relacionados a serviços públicos), todos da Constituição. II. Questão em discussão 3. A questão em discussão consiste em saber se a lei estadual que dispõe sobre a proibição de corte no fornecimento de energia elétrica e água com menos de 60 dias de atraso do pagamento viola a Constituição. III. Razões de decidir 4. De acordo com a jurisprudência desta Corte, ainda que a proteção ao direito do consumidor seja matéria de competência legislativa comum entre os entes (art. 24, incisos V e VIII, da Constituição), o dever-poder de proteção aos usuários dos serviços de energia elétrica é questão preponderantemente relacionada ao próprio regime de concessão e exploração destes serviços. Precedentes. 5. Ao exercer sua competência legislativa sobre energia elétrica, a União editou a Lei nº 9.427, de 1996, que, além de outras disposições, previu a criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), cuja finalidade institucional é a de ‘regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica’ (art. 2º da Lei nº 9.427, de 1996). Atualmente, as regras de prestação do serviço público de



Câmara Municipal de Votuporanga PALÁCIO 8 DE AGOSTO

distribuição de energia elétrica estão dispostas na Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 2021 (que substituiu a Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 2010). 6. Considerando que a energia elétrica é matéria de competência administrativa e legislativa da União, é inconstitucional a lei estadual que estabeleça regras sobre a suspensão do fornecimento dos serviços por inadimplemento do usuário, por violação aos artigos 21, inciso XII, alínea “b”, e 22, inciso IV, da Constituição. Precedentes. 7. **Quanto aos serviços públicos de fornecimento de água, o Supremo Tribunal Federal entende que o interesse predominante, nesse caso, será o local. Portanto, é de titularidade dos Municípios a competência tanto administrativa quanto legislativa e relação à matéria** - ressalvada a instituição de normas gerais sobre águas pela União, nos termos do art. 22, inciso IV, da Constituição. 8. O art. 1º da Lei estadual nº 3.533, de 2019, do Estado do Tocantins - dispositivo impugnado - dispôs sobre a proibição de corte no fornecimento de energia elétrica e água com menos de 60 dias de atraso do pagamento no âmbito do Estado do Tocantins, contados a partir da data de vencimento da fatura. 9. Está-se diante, portanto, de uma lei estadual que regulou expressamente temas relacionados ao fornecimento de energia elétrica e água - matérias que são de competência da União e dos Municípios, respectivamente. Nesse sentido, o art. 1º da Lei estadual nº 3.533, de 2019, do Estado do Tocantins é inconstitucional, por violação aos artigos 21, XII alínea “b”; 22, inciso IV; e 30, incisos I e V, da Constituição. IV. Dispositivo e tese 10. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Dispositivos relevantes citados: artigos 2, 21, inciso XX; 22, inciso IV; 24, inciso VI e §1º; 30, incisos I e V; 37, inciso XXXI; 61 §1º, inciso II, alínea “b” da CF; art. 103, §1º, da CF; art. 50, §2º, do RISTF; art. 12 da Lei nº 9.868/1999; art. 2º e art. 3º, inciso XIX, da Lei nº 9.427/1996; artigos 356 a 359 da Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021. Jurisprudência relevante citada: ADI nº 7.576/PB; ADI nº 7.386/AM; ADI nº 7.225/AM; ADI nº 6.190/RR; ADI nº 5.960/PR; ADI nº 4.925/SP; ADI nº 2.340/SC; ADI nº 7.405/MT; ADI nº 3.661/AC; ADI nº 2.790/PR; ADI nº 5.877/DF; ADI nº 5.798/TO” (cf. in ADI nº 7.725, Tribunal Pleno. Rel. Min. André Mendonça, DJe de 1/7/2025 (grifo nosso).

*“Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 3.244/2017 do estado de Tocantins (art. 1º). **Fixação de datas e horários para a suspensão do fornecimento de energia elétrica e água tratada por falta de pagamento.** Ilegitimidade ativa da autora (Abradee) quanto à prestação dos serviços de água. Usurpação da competência privativa da união para legislar sobre serviços de energia elétrica (CF, arts. 21, XII, b, 22, IV, 24, VIII, 37, XXI, e 175, caput e parágrafo único, I e II). Violação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão. Indevida intervenção legislativa estadual em aspectos dos serviços de energia elétrica regulados, de modo exauriente, nas normas regulamentares da Aneel. Precedentes. 1. A missão institucional da ABRADÉE restringe-se à tutela dos interesses das empresas atuantes no setor de energia elétrica, motivo pelo qual não configurado o necessário vínculo de pertinência temática entre os objetivos estatutários da entidade*



Câmara Municipal de Votuporanga PALÁCIO 8 DE AGOSTO

associativa autora e o conteúdo da norma impugnada na parte referente ao fornecimento de serviços de água à população local. 2. As normas regulamentadoras da prestação dos serviços de energia elétrica expedidas pela ANEEL já disciplinam, de maneira expressa e exauriente, a mesma matéria objeto da lei estadual impugnada, definindo os dias e horários apropriados à realização da suspensão do serviço ao usuário inadimplente (apenas nos dias úteis, das 08h às 18h), além de assegurarem amplo rol de garantias ao consumidor não previstas na legislação do Estado de Tocantins, circunstância apta a afastar a atuação suplementar dos Estados-membros no matéria. Precedentes. 3. Segundo a jurisprudência reiterada desta Suprema Corte, revela-se inconstitucional, por invadir a competência privativa da União para definir o regime tarifário da exploração do serviço público de energia elétrica, a lei estadual cujos efeitos não se esgotam na relação entre o consumidor-usuário e o fornecedor-prestador, interferindo na relação jurídica existente entre esses dois atores e o Poder Concedente, titular do serviço (arts. 21, XI, 22, IV, e 175, parágrafo único, da Constituição da República). Precedentes. 4. Ação direta de inconstitucionalidade parcialmente conhecida e, nessa parte, pedido julgado " f in ADI nº 5.798, Tribunal Pleno, Rel. Min. Rosa Weber, DJe de 16/11/2021) (grifo nosso).

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul possui decisões que resvalam na matéria:



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL Nº 4.114/2020 DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL. TAXA DE RELIGAMENTO. INTERRUÇÃO DO SERVIÇO POR INADIMPLEMENTO. **VÍCIO DE INICIATIVA CONFIGURADO. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO EXECUTIVO. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DOS PODERES. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL.** 1. Lei nº 4.114/2020 do Município de São Gabriel, que proíbe cobrança de taxa de religação de água quando a interrupção de fornecimento ocorrer por falta de pagamento. 2. **A prestação de serviços públicos à população, seja de forma direta ou indireta, é atividade própria do Poder Executivo. Ao proibir a concessionária de serviço público de cobrar taxa para o restabelecimento do serviço quando a interrupção se deu por falta de pagamento, resta nítido que o Legislativo Municipal invadiu iniciativa reservada ao Prefeito, uma vez que se trata de matéria tipicamente administrativa.** Desrespeito à competência privativa do Chefe do Poder Executivo, inculpada nos artigos 60, inciso II, alínea “d”; e 82, incisos II, III e VII, da Constituição Estadual, aplicável aos municípios por força do artigo 8º da Carta Gaúcha. Vício de iniciativa. Inconstitucionalidade formal. 3. **Ofensa ao Princípio da Separação e Independência dos Poderes no âmbito municipal, consagrado no artigo 10 da Constituição Estadual.** 4. A vedação inscrita na Lei Municipal resulta no corte de uma das fontes de receita da concessionária do serviço público sem prever qualquer



Câmara Municipal de Votuporanga PALÁCIO 8 DE AGOSTO

forma de compensação, gerando desequilíbrio econômico-financeiro. Desrespeito ao §4º do artigo 163 da Constituição Estadual. Inconstitucionalidade material. JULGARAM PROCEDENTE. Â I " f in ADI nº 70084936715, Tribunal Pleno, Rel. Des. Luiz Felipe Brasil Santos, J. em 27/8/2021) (grifos nossos).

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. LEI MUNICIPAL Nº 8.144/18. PROIBIÇÃO DE CORTE DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA NO ÂMBITO MUNICIPAL. INCONSTITUCIONALIDADE. 1. Ao impor obrigação de não fazer às concessionárias de fornecimento de energia elétrica e de água, a Lei Municipal impugnada possibilita a interferência do Município no funcionamento de órgão da Administração indireta do Estado, confrontando com a gestão privativa do Chefe do Poder Executivo na Administração estadual, ferindo o disposto nos artigos 5º, 8º, 10, 60, inciso II, alínea d, e 82, incisos II e VII, todos da Constituição Estadual. 2. A União possui competência exclusiva para explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços e instalações de energia elétrica, bem como competência privativa para legislar sobre energia e água, decorrentes dos artigos 21, inciso XII, alínea b, e 22, inciso IV, da Constituição Federal. 3. O art. 13 da Constituição Estadual elenca de forma taxativa as matérias sobre as quais o ente público pode legislar, não sendo possível se extrair delas a possibilidade de proibição de corte de energia elétrica e de água no âmbito do Município nas datas em que especifica. JULGARAM PROCEDENTE



Câmara Municipal de Votuporanga PALÁCIO 8 DE AGOSTO

A AÇÃO. UNÂNIME” (cf. in ADI nº 70082301433, Tribunal Pleno, Rel. Des. Matilde Chabar Maia, J. em 27/11/2019) (grifo nosso)

Por sua vez, o Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu:

“Ação direta de inconstitucionalidade em face da Lei n.º 6.397, de 31 de maio de 2023, que ‘dispõe sobre a proibição da cobrança da taxa de religação de água no Município de Catanduva’. **1. Ato normativo de autoria parlamentar que interferiu na política tarifária do serviço público de fornecimento de água e esgoto, de competência privativa do Chefe do Poder Executivo,** comprometendo o equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo - Violação ao princípio da separação dos poderes e da reserva de administração. **2. - Competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre consumo** - Artigo 24, inciso V, da Constituição Federal - Possibilidade do Município editar norma em caráter supletivo, de acordo com o interesse local - Ato normativo impugnado que ampliou hipótese de proibição de cobrança de tarifa, em desacordo com a legislação federal 3. Afronta aos artigos 1º, 5º, 47, incisos II, XIV e XIX, letra 'a', 120, 144 e 159, parágrafo único, todos da Constituição Estadual, além dos artigos 24, inciso V, e 30, incisos I e II, da Carta da República-Ação precedente”(cf.in in ADI nº 2145264-14.2023.8.26.0000, Órgão Especial, Rel. Des. Vianna Cotrim, J. em 25/10/2023) (grifo nosso).



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

“INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. Matão. LM nº 5.331/19 de 7-11-2019. **Serviços de água. Falta de pagamento das tarifas. Suspensão do fornecimento. Enrijecimento do regramento. Separação de poderes. Vício de iniciativa. Equilíbrio econômico-financeiro.** CE, art. 47, II, XI, XIV, XVIII e XIX, 'a', 117, 119, 120, 122 e 159, parágrafo único. – 1. **Separação de poderes. Vício de iniciativa.** A LM nº 5.331/19 enrijece o regramento a ser observado pela concessionária de serviço público para a cientificação do usuário acerca do inadimplemento da tarifa e da possibilidade de corte do fornecimento de água, bem como para a efetiva suspensão do fornecimento em caso de não regularização do pagamento. **O comando normativo perpassa pelo regime de concessão, regulamentação e fiscalização de serviços públicos e reflete na fixação da tarifa, questões cuja competência é privativa do Chefe do Poder Executivo.** Inteligência dos art. 47, II, XI, XIV, XVIII e XIX, 'a', 119, 122 e 159, parágrafo único da CE. Jurisprudência do Órgão Especial. – 2. Equilíbrio econômico-financeiro. A LM nº 5.331/19, ao majorar de trinta para noventa dias o prazo de inadimplemento capaz de justificar a suspensão do fornecimento dos serviços de água e esgoto, abrandando a hipótese de sancionamento, reflexamente afeta o equilíbrio econômico financeiro do contrato administrativo e vulnera os art. 117 e 120 da CE. – Incidente de ç ” f in Incidente De Arguição de Inconstitucionalidade Cível nº 0037288-50.2021.8.26.0000, Órgão Especial, Rel. Des. Torres de Carvalho, J. em 11/5/2022) (grifos nossos)



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

A Constituição Federal consagra o princípio da separação de poderes, estabelecendo esferas próprias de atuação para cada Poder.

No âmbito municipal, compete ao Chefe do Poder Executivo a direção superior da administração pública, incluindo a organização e o funcionamento das entidades da administração indireta.

O projeto em análise impõe obrigações administrativas diretamente à Saev Ambiental, autarquia responsável pela execução dos serviços públicos de saneamento no Município.

Ao estabelecer forma específica de comunicação ao usuário, prazo mínimo obrigatório para divulgação de reajustes, padrões gráficos de apresentação da informação na fatura e possibilidade de aplicação de sanções administrativas, a proposição acaba por disciplinar procedimentos operacionais e administrativos da autarquia, interferindo na forma como o serviço público deve ser gerido.

Esse tipo de disciplina normativa insere-se no âmbito da organização e funcionamento da administração pública, matéria que, em regra, depende de iniciativa legislativa do Chefe do Poder Executivo.

Assim, quando a proposição é apresentada por parlamentar, configura-se vício de iniciativa, por invadir campo reservado à iniciativa do Executivo.

Além do vício formal de iniciativa, o projeto também suscita questionamento sob o prisma da interferência legislativa na gestão administrativa.



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

A definição de mecanismos de comunicação tarifária, prazos operacionais e forma de apresentação das informações ao usuário constitui aspecto diretamente relacionado à gestão do serviço público e à atuação regulatória da entidade responsável por sua prestação.

Ao impor detalhamento de procedimentos administrativos e operacionais, o projeto ultrapassa o campo da normalização geral e passa a incidir sobre rotinas de gestão dos serviços públicos, o que pode caracterizar indevida ingerência do Poder Legislativo na esfera administrativa.

Nesse contexto, a matéria deveria ser disciplinada no âmbito da gestão do Poder Executivo ou mediante iniciativa legislativa do próprio Chefe do Executivo, eventualmente por meio de projeto de lei por ele proposto.

Em síntese, embora o objetivo do projeto — ampliar a transparência e o dever de informação aos usuários — revele finalidade legítima, a forma escolhida para sua implementação mostra-se incompatível com o modelo constitucional de separação de poderes.

A imposição de regras administrativas diretamente à autarquia municipal, por meio de iniciativa parlamentar, configura vício formal de iniciativa, circunstância que compromete a validade constitucional da proposição.

III- DA CONCLUSÃO





Câmara Municipal de Votuporanga *PALÁCIO 8 DE AGOSTO*

Diante do exposto acima, o Projeto de lei nº 22/2026 é inconstitucional, sendo assim, essa Procuradoria recomenda a Presidência da Câmara, a rejeição do Projeto de lei, nos termos do artigo 37, §3º, do Regimento Interno.

No mais, coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos.

Em síntese, eis o parecer. À superior consideração.

Votuporanga, 10 de março de 2026.

ROSELAINE CORREIA
Procuradora Legislativa
OAB/SP 368.365



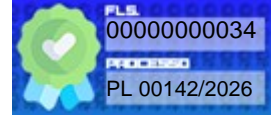
CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA - 49.677.917/0001-14

RUA VENEZUELA, 3819 | VILA AMÉRICA | CEP. 15502-105

FONE: (17)3421-1188 |

VOTUPORANGA/SP

<http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>



CERTIDÃO DE ADITAMENTO

CERTIFICO e dou fé que o documento **PARECER JURÍDICO (INCONSTITUCIONAL)**, conforme se depreende do **documento antecedente**, referente ao **PROJETO DE LEI Nº 22/2026** foi aditado ao **PROCESSO LEGISLATIVO Nº 142/2026** em **10/03/2026** às **16:38:23**.

Nada mais.

A presente certidão é gerada automaticamente pelo sistema.

Votuporanga/SP, 10 de março de 2026.

ROSELAINÉ CORREIA
PROCURADORA LEGISLATIVA

Documento enviado para assinatura ao(s): ROSELAINÉ CORREIA.
Para verificar a(s) assinatura(s), utilize o seu validador preferencial.
e-CAM | PROCESSO ELETRÔNICO | <<<<<>>>> DOCUMENTO OFICIAL <<<<<>>>> DATA / HORA: 10/03/2026 16:38:25 | CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA/SP.
CHAVE DE ACESSO: PROT-2L3X6P-4K7B4Z-5V4C6X | Para validar acesse nosso Portal em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

ENCAMINHAMENTO À COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

VOTUPORANGA/SP, 11 de março de 2026

Encaminha PROJETO DE LEI Nº 22/2026, para a COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO, obedecendo dispositivo regimental.

DANIEL DAVID
PRESIDENTE

RECEBIDO E ENCAMINHADO À RELATORA SRa. **NATIELLE GAMA**

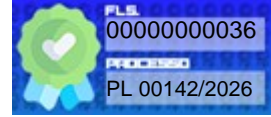
VILMAR DA FARMÁCIA
PRESIDENTE

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.

Praça "Vereador Viana Filho" - Vila América
CEP 15.502.105 – Fone/Fax (17)3421.1188 – 0800 775 1188
CNPJ 49.677.917/0001-14
www.camaravotuporanga.sp.gov.br

Documento enviado para assinatura ao(s): DANIEL DAVID, VILMAR DA FARMÁCIA.
Para verificar a(s) assinatura(s), utilize o seu validador preferencial.
e-CAM | PROCESSO ELETRÔNICO | <<<>>>DOCUMENTO OFICIAL<<<>>> DATA / HORA: 11/03/2026 09:07:01 | CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA/SP.
CHAVE DE ACESSO: PROT-M-900777-8Q7G5M-6L0D21 | Para validar acesse nosso Portal em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>.





RELATÓRIO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS

PROJETO DE LEI Nº 22/2026

ASSINANTE	STATUS	ASSINADO EM
DANIEL DAVID	DOCUMENTO ASSINADO	13/03/2026 13:19:54

FRIENDLY_NAME: | COUNTRY: Brazil/BR | REGION: São Paulo/SP | CITY_ZIP_CODE: Votuporanga_15500-000 | TIMEZONE: America/Sao_Paulo | LAT/LON: -20.4811/-50.0146 | INTERNET_SERVICE_PROVIDER: Flash Net Brasil Telecom Ltda - EPP | LOCAL_IP: 128.0.11.226 | REMOTE_IP: 177.67.242.82 | HASH: SHA256 | SERIAL: MgTadpZI/U8J8g== | VALID_FROM: 2025-12-18 19:07:06 | VALID_TO: 2026-12-18 19:07:06 | FINGERPRINT: FFA44D3F1185A028977E41F9DA0433B3913C8C6F | ISSUER: AC SyngularID Multipla | RDN_ISSUER: /C=BR/OU=AC SyngularID/O=ICP-Brasil/CN=AC SyngularID Multipla | KEY_ALGORITHM: rsaEncryption | KEY_FINGERPRINT: 19058B56020389EE7927B58042DA09DD7311E4CE | SIGN_ALGORITHM: sha256WithRSAEncryption.

ASSINANTE	STATUS	ASSINADO EM
VILMAR FERREIRA DA SILVA	DOCUMENTO ASSINADO	17/03/2026 10:13:49

FRIENDLY_NAME: | COUNTRY: Brazil/BR | REGION: São Paulo/SP | CITY_ZIP_CODE: Votuporanga_15500-000 | TIMEZONE: America/Sao_Paulo | LAT/LON: -20.4811/-50.0146 | INTERNET_SERVICE_PROVIDER: Flash Net Brasil Telecom Ltda - EPP | LOCAL_IP: 128.0.13.181 | REMOTE_IP: 177.67.242.82 | HASH: SHA256 | SERIAL: AN/g0kaWZndrHBQ= | VALID_FROM: 2025-12-23 14:42:21 | VALID_TO: 2026-12-23 14:42:21 | FINGERPRINT: 4625D2816D4080768D21527ECB99758AFDA807E0 | ISSUER: AC SyngularID Multipla | RDN_ISSUER: /C=BR/OU=AC SyngularID/O=ICP-Brasil/CN=AC SyngularID Multipla | KEY_ALGORITHM: rsaEncryption | KEY_FINGERPRINT: 91B931F2950359670B1FC7B622CB61AB1F3EF5DC | SIGN_ALGORITHM: sha256WithRSAEncryption.

O presente **RELATÓRIO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS** refere-se ao documento **ENCAMINHAMENTO À COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO** - chave de acesso: **PROTM-900777-8Q7G5M-6L0D2I**, adicionado em **11/03/2026 às 09:07:01**.

A(s) assinatura(s) eletrônicas deste documento atendem ao disposto na legislação em vigor, em especial a Lei Federal nº 14.063/20, utilizando certificado digital ICP-Brasil, emitido por uma Autoridade Certificadora (AC) credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), na forma da legislação vigente.





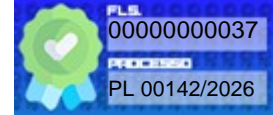
CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA - 49.677.917/0001-14

RUA VENEZUELA, 3819 | VILA AMÉRICA | CEP. 15502-105

FONE: (17)3421-1188 |

VOTUPORANGA/SP

<http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>



CERTIDÃO DE ADITAMENTO

CERTIFICO e dou fé que o documento **ENCAMINHAMENTO À COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**, conforme se depreende do **documento antecedente**, referente ao **PROJETO DE LEI Nº 22/2026** foi aditado ao **PROCESSO LEGISLATIVO Nº 142/2026** em **11/03/2026** às **09:07:01**.

Nada mais.

A presente certidão é gerada automaticamente pelo sistema.

Votuporanga/SP, 11 de março de 2026.

LARISSA MARTA SILVA CARDOSO
SECRETÁRIA COORDENADORA DE COMISSÕES PERMANENTES

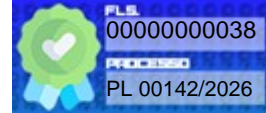
Documento enviado para assinatura ao(s): LARISSA MARTA SILVA CARDOSO.
Para verificar a(s) assinatura(s), utilize o seu validador preferencial.
e-CAM | PROCESSO ELETRÔNICO | <<<<>>DOCUMENTO OFICIAL<<<<>> DATA / HORA: 12/03/2026 16:11:30 | CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA/SP.
CHAVE DE ACESSO: PROT-7V8H4A-5T1H1T-1B6Z3B | Para validar acesse nosso Portal em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO



PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 142/2026

PROJETO DE LEI Nº 22/2026

RELATORA: NATIELLE GAMA

Senhor Presidente,

A Comissão de Justiça e Redação, após análise do Projeto de Lei nº 22/2026, que dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação prévia e destacada aos usuários acerca de reajustes de valores relativos aos serviços públicos prestados pela SAEV Ambiental, manifesta-se contrariamente à sua tramitação, seguindo o mesmo entendimento adotado pela Procuradoria Legislativa.

A proposição impõe procedimentos administrativos, prazos operacionais e padrões de comunicação ao usuário, matéria que se insere no âmbito da organização e do funcionamento da Administração Pública, cuja competência é privativa do Chefe do Poder Executivo. Ao disciplinar aspectos da gestão administrativa de entidade da Administração Indireta, o projeto incorre em interferência indevida do Poder Legislativo.

Dessa forma, verifica-se violação ao princípio da separação dos Poderes, bem como vício formal de iniciativa, o que acarreta a inconstitucionalidade da proposição.

Diante do exposto, esta Comissão opina pela retirada da proposta ou, alternativamente, com fundamento no § 3º do art. 37 do Regimento Interno, pela rejeição da matéria, com sua devolução à Presidência desta Casa de Leis para as providências regimentais cabíveis.

É o parecer.

Sala das Comissões, 18 de março de 2026.

NATIELLE GAMA

RELATORA

A COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Aprova e recomenda o parecer da Sra. Relatora

VILMAR DA FARMÁCIA

PRESIDENTE

SARGENTO MORENO

VICE-PRESIDENTE

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





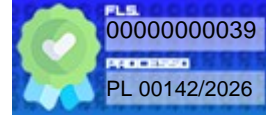
CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA - 49.677.917/0001-14

RUA VENEZUELA, 3819 | VILA AMÉRICA | CEP. 15502-105

FONE: (17)3421-1188 |

VOTUPORANGA/SP

<http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>



RELATÓRIO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS

PROJETO DE LEI Nº 22/2026

ASSINANTE	STATUS	ASSINADO EM
VILMAR FERREIRA DA SILVA	DOCUMENTO ASSINADO	23/03/2026 19:48:29
FRIENDLY_NAME: COUNTRY: Brazil/BR REGION: São Paulo/SP CITY_ZIP_CODE: Votuporanga_15500-000 TIMEZONE: America/Sao_Paulo LAT/LON: -20.4811/-50.0146 INTERNET_SERVICE_PROVIDER: Flash Net Brasil Telecom Ltda - EPP LOCAL_IP: 128.0.11.11 REMOTE_IP: 177.67.242.82 HASH: SHA256 SERIAL: AN/g0kaWZndrHBQ= VALID_FROM: 2025-12-23 14:42:21 VALID_TO: 2026-12-23 14:42:21 FINGERPRINT: 4625D2816D4080768D21527ECB99758AFDA807E0 ISSUER: AC SyngularID Multipla RDN_ISSUER: /C=BR/OU=AC SyngularID/O=ICP-Brasil/CN=AC SyngularID Multipla KEY_ALGORITHM: rsaEncryption KEY_FINGERPRINT: 91B931F2950359670B1FC7B622CB61AB1F3EF5DC SIGN_ALGORITHM: sha256WithRSAEncryption.		

ASSINANTE	STATUS	ASSINADO EM
NATIELLE GAMA GRACIANO	DOCUMENTO ASSINADO	23/03/2026 19:54:59
FRIENDLY_NAME: COUNTRY: Brazil/BR REGION: São Paulo/SP CITY_ZIP_CODE: Votuporanga_15500-000 TIMEZONE: America/Sao_Paulo LAT/LON: -20.4811/-50.0146 INTERNET_SERVICE_PROVIDER: Flash Net Brasil Telecom Ltda - EPP LOCAL_IP: 128.0.13.255 REMOTE_IP: 177.67.242.82 HASH: SHA256 SERIAL: APxPXvaWZlpDXU4= VALID_FROM: 2025-12-19 19:36:12 VALID_TO: 2026-12-19 19:36:12 FINGERPRINT: 50E6E98DA18C756AEFD7E4D947CFF0E665166FF8 ISSUER: AC SyngularID Multipla RDN_ISSUER: /C=BR/OU=AC SyngularID/O=ICP-Brasil/CN=AC SyngularID Multipla KEY_ALGORITHM: rsaEncryption KEY_FINGERPRINT: F02521A1DF4FA54309184348ECDE77E4185B48C6 SIGN_ALGORITHM: sha256WithRSAEncryption.		

ASSINANTE	STATUS	ASSINADO EM
MARCOS SILVÉRIO MORENO CAMARGO	DOCUMENTO ASSINADO	23/03/2026 16:56:57
FRIENDLY_NAME: COUNTRY: / REGION: / CITY_ZIP_CODE: _-000 TIMEZONE: LAT/LON: / INTERNET_SERVICE_PROVIDER: LOCAL_IP: REMOTE_IP: HASH: SERIAL: VALID_FROM: VALID_TO: FINGERPRINT: ISSUER: RDN_ISSUER: KEY_ALGORITHM: KEY_FINGERPRINT: SIGN_ALGORITHM: .		

O presente **RELATÓRIO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS** refere-se ao documento **PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO** - chave de acesso: **PROTM-912980-5N8X8U-4J1W6G**, adicionado em **19/03/2026 às 16:04:00**.

A(s) assinatura(s) eletrônicas deste documento atendem ao disposto na legislação em vigor, em especial a Lei Federal nº 14.063/20, utilizando certificado digital ICP-Brasil, emitido por uma Autoridade Certificadora (AC) credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), na forma da legislação vigente.





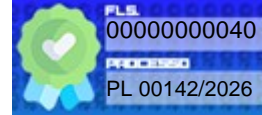
CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA - 49.677.917/0001-14

RUA VENEZUELA, 3819 | VILA AMÉRICA | CEP. 15502-105

FONE: (17)3421-1188 |

VOTUPORANGA/SP

<http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>



CERTIDÃO DE ADITAMENTO

CERTIFICO e dou fé que o documento **PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**, conforme se depreende do **documento antecedente**, referente ao **PROJETO DE LEI Nº 22/2026** foi aditado ao **PROCESSO LEGISLATIVO Nº 142/2026** em **19/03/2026 às 16:04:00**.

Nada mais.

A presente certidão é gerada automaticamente pelo sistema.

Votuporanga/SP, 19 de março de 2026.

LARISSA MARTA SILVA CARDOSO
SECRETÁRIA COORDENADORA DE COMISSÕES PERMANENTES

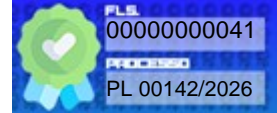
Documento enviado para assinatura ao(s): LARISSA MARTA SILVA CARDOSO.
Para verificar a(s) assinatura(s), utilize o seu validador preferencial.
e-CAM | PROCESSO ELETRÔNICO | <<<<>>>>DOCUMENTO OFICIAL<<<<>>>> DATA / HORA: 19/03/2026 16:07:22 | CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA/SP.
CHAVE DE ACESSO: PROT-2A0B1U-4C8T1Q-4Z4C8K | Para validar acesse nosso Portal em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO



OFÍCIO DO GABINETE Nº 224/2026/GV/NATIELLE GAMA

Votuporanga/SP, 20 de março de 2026

Assunto: Solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 22/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com cordiais cumprimentos, em atendimento à orientação da Comissão de Justiça e Redação, constante de seu parecer, bem como em razão do parecer contrário da Procuradoria Legislativa, considerando os termos em que se encontra o Projeto de Lei nº 22/2026, que dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação prévia e destacada aos usuários acerca de qualquer reajuste de valores relativos aos serviços públicos praticados pela Superintendência de Água, Esgotos e Meio Ambiente de Votuporanga – SAEV AMBIENTAL, de minha autoria, venho à presença de Vossa Excelência solicitar a retirada da referida proposição.

Sem mais para o momento, renovo votos da mais alta estima e consideração.

Respeitosamente,

NATIELLE GAMA
AUTORA

Ao Excelentíssimo Senhor
DANIEL DAVID
Presidente da Câmara Municipal
Votuporanga/SP

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





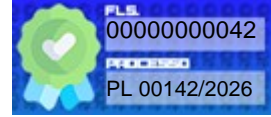
CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA - 49.677.917/0001-14

RUA VENEZUELA, 3819 | VILA AMÉRICA | CEP. 15502-105

FONE: (17)3421-1188 |

VOTUPORANGA/SP

<http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>



RELATÓRIO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS

OFÍCIO DO GABINETE Nº 224/2026

ASSINANTE	STATUS	ASSINADO EM
NATIELLE GAMA GRACIANO	DOCUMENTO ASSINADO	23/03/2026 18:36:47

FRIENDLY_NAME: | COUNTRY: Brazil/BR | REGION: São Paulo/SP | CITY_ZIP_CODE: Votuporanga_15500-000 | TIMEZONE: America/Sao_Paulo | LAT/LON: -20.4811/-50.0146 | INTERNET_SERVICE_PROVIDER: Flash Net Brasil Telecom Ltda - EPP | LOCAL_IP: 128.0.13.255 | REMOTE_IP: 177.67.242.82 | HASH: SHA256 | SERIAL: APxPXvaWZlpDXU4= | VALID_FROM: 2025-12-19 19:36:12 | VALID_TO: 2026-12-19 19:36:12 | FINGERPRINT: 50E6E98DA18C756AEFD7E4D947CFF0E665166FF8 | ISSUER: AC SyngularID Multipla | RDN_ISSUER: /C=BR/OU=AC SyngularID/O=ICP-Brasil/CN=AC SyngularID Multipla | KEY_ALGORITHM: rsaEncryption | KEY_FINGERPRINT: F02521A1DF4FA54309184348ECDE77E4185B48C6 | SIGN_ALGORITHM: sha256WithRSAEncryption.

O presente **RELATÓRIO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS** refere-se ao documento **OFÍCIO DO GABINETE Nº 224/2026** - chave de acesso: **PROTM-913830-6G0Q8P-3U3K8U**, adicionado em **20/03/2026 às 08:16:32**.

A(s) assinatura(s) eletrônicas deste documento atendem ao disposto na legislação em vigor, em especial a Lei Federal nº 14.063/20, utilizando certificado digital ICP-Brasil, emitido por uma Autoridade Certificadora (AC) credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), na forma da legislação vigente.

e-CAM | PROCESSO ELETRÔNICO | <<<<<<>>>>>> DOCUMENTO OFICIAL <<<<<<>>>>>> DATA / HORA: 20/03/2026 08:26:33 | CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA/SP. CHAVE DE ACESSO: PROTM-7U6P1N-3E6Z8Z-2M3K8B | Para validar acesse nosso Portal em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>.





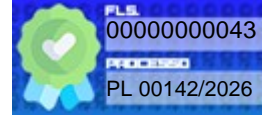
CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA - 49.677.917/0001-14

RUA VENEZUELA, 3819 | VILA AMÉRICA | CEP. 15502-105

FONE: (17)3421-1188 |

VOTUPORANGA/SP

<http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>



CERTIDÃO DE ADITAMENTO

CERTIFICO e dou fé que o documento **OFÍCIO DA AUTORA SOLICITANDO A RETIRADA DE TRAMIATAÇÃO**, conforme se depreende do **documento antecedente**, referente ao **PROJETO DE LEI Nº 22/2026** foi aditado ao **PROCESSO LEGISLATIVO Nº 142/2026** em **23/03/2026** às **20:03:18**.

Nada mais.

A presente certidão é gerada automaticamente pelo sistema.

Votuporanga/SP, 23 de março de 2026.

LARISSA MARTA SILVA CARDOSO
SECRETÁRIA COORDENADORA DE COMISSÕES PERMANENTES

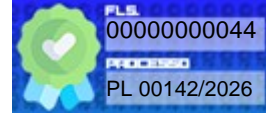
Documento enviado para assinatura ao(s): LARISSA MARTA SILVA CARDOSO.
Para verificar a(s) assinatura(s), utilize o seu validador preferencial.
e-CAM | PROCESSO ELETRÔNICO | <<<<<>>>> DOCUMENTO OFICIAL <<<<<>>>> DATA / HORA: 23/03/2026 20:03:20 | CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA/SP.
CHAVE DE ACESSO: PROT-3Y2V8X-01700R-5Q7R3W | Para validar acesse nosso Portal em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO



DESPACHO

O Presidente da Câmara de Votuporanga/SP, no uso de suas atribuições legais, considerando o cumprimento do contido nestes autos, determino o seu **ARQUIVAMENTO**.

Remeta-se ao setor competente para as demais providências.

Votuporanga/SP, 23 de março de 2026.

DANIEL DAVID
PRESIDENTE





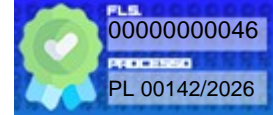
CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA - 49.677.917/0001-14

RUA VENEZUELA, 3819 | VILA AMÉRICA | CEP. 15502-105

FONE: (17)3421-1188 |

VOTUPORANGA/SP

<http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>



CERTIDÃO DE ADITAMENTO

CERTIFICO e dou fé que o documento **DESPACHO - ARQUIVAMENTO DO PROCESSO**, conforme se depreende do **documento antecedente**, referente ao **PROJETO DE LEI Nº 22/2026** foi aditado ao **PROCESSO LEGISLATIVO Nº 142/2026** em **23/03/2026 às 20:03:54**.

Nada mais.

A presente certidão é gerada automaticamente pelo sistema.

Votuporanga/SP, 23 de março de 2026.

LARISSA MARTA SILVA CARDOSO
SECRETÁRIA COORDENADORA DE COMISSÕES PERMANENTES

Documento enviado para assinatura ao(s): LARISSA MARTA SILVA CARDOSO.
Para verificar a(s) assinatura(s), utilize o seu validador preferencial.
e-CAM | PROCESSO ELETRÔNICO | <<<<<>>>> DOCUMENTO OFICIAL <<<<<>>>> DATA / HORA: 23/03/2026 20:04:11 | CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA/SP.
CHAVE DE ACESSO: PROT-4Z7B0M-8T6D5N-2L8U6N | Para validar acesse nosso Portal em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>.





ÍNDICE REVERSO

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 142/2026

DOC. Nº	DOCUMENTO	PÁG.
1	CAPA DIGITAL AUTOR: NÃO HÁ OU NÃO INFORMADO 27/01/2026 10:39:40	1
2	PROJETO DE LEI Nº 22/2026 AUTOR: NATIELLE GAMA. 02/02/2026 16:55:22	2
3	RELATÓRIO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS AUTOR: NÃO HÁ OU NÃO INFORMADO 02/02/2026 16:56:55	6
4	CERTIDÃO DE ADITAMENTO AUTOR: LARISSA MARTA SILVA CARDOSO. 02/02/2026 16:57:24	7
5	CERTIDÃO DE ENCAMINHAMENTO/RECEBIMENTO AUTOR: PRISCILA MATTAR DELGOBO NEGRINI. 03/02/2026 11:00:31	8
6	ENCAMINHAMENTO À PROCURADORIA LEGISLATIVA AUTOR: SERGINHO DA FARMÁCIA, ROSELAINÉ CORREIA. 02/02/2026 18:30:39	9
7	RELATÓRIO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS AUTOR: NÃO HÁ OU NÃO INFORMADO 02/02/2026 18:31:00	10
8	CERTIDÃO DE ADITAMENTO AUTOR: LARISSA MARTA SILVA CARDOSO. 02/02/2026 18:31:17	11
9	CERTIDÃO DE ALTERAÇÃO DE VISIBILIDADE AUTOR: LARISSA MARTA SILVA CARDOSO. 02/02/2026 19:23:05	12
10	PARECER JURÍDICO (INCONSTITUCIONAL) AUTOR: ROSELAINÉ CORREIA. 10/03/2026 16:38:23	13
	RELATÓRIO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS	



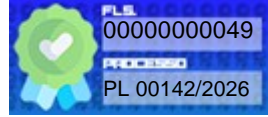
CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA - 49.677.917/0001-14

RUA VENEZUELA, 3819 | VILA AMÉRICA | CEP. 15502-105

FONE: (17)3421-1188 |

VOTUPORANGA/SP

<http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>



ÍNDICE REVERSO

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 142/2026

DOC. Nº	DOCUMENTO	PÁG.
21	DESPACHO - ARQUIVAMENTO DO PROCESSO AUTOR: DANIEL DAVID. 23/03/2026 20:03:54	44
22	RELATÓRIO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS AUTOR: NÃO HÁ OU NÃO INFORMADO 23/03/2026 20:04:10	45
23	CERTIDÃO DE ADITAMENTO AUTOR: LARISSA MARTA SILVA CARDOSO. 23/03/2026 20:04:11	46
24	ÍNDICE REVERSO AUTOR: NÃO HÁ OU NÃO INFORMADO 23/03/2026 20:04:52	47

e-CAM | PROCESSO ELETRÔNICO | <<<<<<>>>>>> DOCUMENTO OFICIAL <<<<<<>>>>>> DATA / HORA: 23/03/2026 20:04:52 | CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA/SP.
CHAVE DE ACESSO: PROT-8P0A8V-2V005N-3Q004F | Para validar acesse nosso Portal em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>.

